

FAMÍLIA DE ORIGEM E CONJUGALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIRECIONALIDADE DA VIOLÊNCIA

Josiane Razera

Faculdade Meridional - IMED, Passo Fundo-RS, Brasil

Lívia Maria Tomasi Bedin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil

Clarisse Pereira Mosmann

Denise Falcke

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, Brasil

RESUMO

O objetivo deste estudo foi comparar as experiências na família de origem de casais que vivenciam violência uni ou bidirecional. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e comparativa, da qual participaram 304 casais heterossexuais. Foram utilizados um questionário sociodemográfico, a *Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)* e o *Family Background Questionnaire (FBQ)*. Para 72,4% dos casais a violência psicológica se expressou de forma bidirecional, já a violência física e a coerção sexual, quando unidirecionais, foram mais cometidas pelos homens. A dimensão de violência física foi a que teve mais experiências da família de origem que se diferenciaram entre os grupos. Acredita-se que atuar preventivamente minimize a perpetuação de relacionamentos cujo modo de resolução de conflitos ocorra por meio da violência.

Palavras-chave: Família; Casamento; Violência.

FAMILY OF ORIGIN AND CONJUGALITY: CONSIDERATIONS ABOUT THE DIRECTIONALITY OF VIOLENCE

ABSTRACT

This study aimed to compare the experiences lived in the family of origin of couples who undergo uni or bidirectional violence. It is a quantitative, descriptive, comparative study in which 304 heterosexual couples participated. A sociodemographic questionnaire, the Revised Conflict Tactics Scales (CTS2), and the Family Background Questionnaire (FBQ) were used. For 72.4% of couples, psychological violence was expressed in a bidirectional way, whereas physical violence and sexual coercion, when unidirectional, were more committed by men. The dimension of physical violence was the one that had the most experiences of the family of origin, which differed between the groups. Acting in a preventive way may minimize the perpetuation of relationships that use violence to solve conflicts.

Keywords: Family; Marriage; Violence.

FAMÍLIA DE ORIGEM Y CONJUGALIDAD: CONSIDERACIONES SOBRE LA DIRECCIONALIDAD DE LA VIOLENCIA

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue comparar las experiencias en la familia de origen de parejas que experimentan violencia uni o bidireccional. Se trata de una investigación cuantitativa, descriptiva y comparativa, en que participaron 304 parejas heterosexuales. Se utilizó un cuestionario sociodemográfico, la Revised Conflict Tactics Scales (CTS2) y el Family Background Questionnaire (FBQ). Para el 72,4% de las parejas, la violencia psicológica se expresa de forma bidireccional, ya la violencia física y la coacción sexual, cuando son unidireccionales, son más cometidas por hombres. La dimensión de violencia física fue la que más vivencias tuvo de la familia de origen, la cual difirió entre los grupos. Se cree que actuar preventivamente puede minimizar la perpetuación de relaciones cuyo modo de resolución de conflictos ocurra por medio de la violencia.

Palabras clave: Familia; Matrimonio; Violencia.

O Mapa da Violência classifica o Brasil como o quinto país onde mais ocorrem homicídios de mulheres, o feminicídio, e aponta para as altas taxas de domesticidade dessas mortes (Waiselfisz, 2015). No mesmo sentido, o Atlas da Violência, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA (Cerqueira et al., 2020), revelou que no ano de 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que significa que houve uma morte a cada duas horas. Entre os anos de 2013 e 2018 as mortes de mulheres em domicílio aumentaram 8,3%, dado que indica um aumento nas taxas de feminicídio.

Com vistas a compreender os elevados índices de violência conjugal, alguns autores consideram a variável gênero (ser homem ou mulher) um elemento de análise que justificaria os referidos números. Para alguns, a mulher está em desfavorecimento em relação ao homem nas situações de violência conjugal (Gerstenberger & Williams, 2013; Sillito, 2012); para outros, as mulheres podem perpetrar a violência tanto quanto homens (Fincham et al., 2013; Straus, 2012). Além disso, também é possível compreender que a violência é unidireccional quando somente um dos cônjuges é perpetrador e/ou bidireccional quando a violência é cometida pelo homem e pela mulher concomitantemente (Gómez & Montesino, 2014), mesmo que com intensidade e consequências diferentes. Nos casos em que a violência é unidireccional, destaca-se que a mulher geralmente é a que mais sofre violência.

As diferentes formas de violência e sua manifestação em contextos diversos têm chamado atenção de autoridades de diferentes áreas do conhecimento. Avanci et al. (2017) investigaram, por meio de dados obtidos do Sistema de Vigilância de Acidentes e Violências - VIVA Inquérito (no ano de 2014) a violência ocorrida no âmbito intrafamiliar e constataram que 26,6% dos 4.893 participantes que utilizaram o serviço reportaram já terem vivenciado essa forma de violência. As 413 crianças e adolescentes que vivenciaram violência intrafamiliar tiveram como principais agressores o pai e a mãe, sendo a negligência (58,5%) e a violência física (37,7%) as formas mais comuns. A mesma pesquisa ainda constatou que o homem/cônjuge é o principal agressor na vida adulta, a mulher/mãe é a principal agressora na infância, enquanto que na velhice os/as filhos/as ocupam esse lugar (Avanci et al., 2017). Pesquisadores nacionais e

internacionais dedicam-se ao tema da violência familiar por ser apontada de forma recorrente como uma das principais preditoras de violência na vida adulta, o que indica uma transmissão transgeracional desse modelo disfuncional de resolução de conflitos (Marasca et al., 2013; Razera et al., 2014; Richardson et al., 2017; Spencer et al., 2016).

Em Beijing, na China, um estudo com 194 casais realizado por Hou et al. (2016) apresentou dados diádicos acerca da transmissão transgeracional da violência conjugal, revelando que a violência física perpetrada pela esposa e pelo esposo se relacionou com a violência sofrida na família de origem; a violência psicológica cometida pelas mulheres associou-se com a violência dos pais; e violência sexual obteve correlação com a violência entre pais e filhos. A violência da mãe contra o pai foi preditora de violência física cometida pelos homens, já a violência do pai para os filhos foi preditora da violência psicológica cometida pelos maridos, ao passo que a violência sexual perpetrada não obteve correlações significativas com as formas de violência sofrida na família de origem. No caso dos homens que sofriam violência, o único preditor foi a violência da mãe contra o pai. A violência da mãe contra o filho foi preditiva do sofrimento de violência física das esposas, enquanto que a violência entre pai e mãe dos homens teve poder preditivo do sofrimento de violência psicológica das esposas. Os autores ainda indicaram que a maioria dos preditores referem-se à violência perpetrada pelas mães, explicado pelo fato de as mães ainda passarem mais tempo com as crianças, de modo que possuem maior poder de influência sobre elas.

Em contrapartida, estudo realizado em contexto nacional, no Rio Grande do Sul, avaliando o poder preditivo das experiências vivenciadas na família de origem com 186 homens que cometeram ou sofreram violência física na conjugalidade, revelou que o abuso físico paterno foi preditor da violência física cometida e sofrida pelos homens em seu relacionamento conjugal (Marasca et al., 2017). O pai também foi considerado o principal agressor nas experiências passadas dos homens agressores investigados por Padovani e Williams (2011), além de ser o pai quem cometeu as agressões físicas mais graves no contexto da família de origem. Já a mãe foi referida como a principal agressora entre os homens que não cometeram violência. No que se trata da violência interparental, mulheres que viram suas mães sendo agredidas pelo pai apresentaram mais chances de sofrer violência física do seu parceiro (Vieira et al., 2011). Tais achados demonstram que a violência sofrida ou cometida por cada genitor pode trazer diferentes impactos para a vivência de violência na conjugalidade futura dos filhos.

A partir disso, nota-se que o gênero, tanto dos genitores quanto dos cônjuges, parece estar relacionado com as diferentes formas de manifestação e perpetuação da violência. Para Madalena et al. (2018), é importante considerar a diferença entre os sexos/gêneros quanto ao impacto da violência, já que os abusos – de um modo geral – explicam melhor a violência que os homens sofrem ou cometem. As autoras concluíram que o abuso físico paterno se associou com a violência física cometida pelos parceiros, enquanto que o abuso sexual e o ajustamento psicológico paterno esteve relacionado com a violência física sofrida por eles. No caso das mulheres, somente o estilo de decisão materno apresentou-se como preditor da violência sofrida. Uma das hipóteses apresentada pelos autores e já apontada por Falcke (2003), seria o fato das mulheres avaliarem ou refletirem mais sobre suas vivências infantis, não as reproduzindo de forma direta.

Com uma amostra brasileira de 2.120 indivíduos, pesquisa que avaliou a prevalência da violência parental vivenciada na infância para vitimização e agressão por parceiro íntimo revelou que mais da metade dos participantes (57,6%) relatou ter sido vítima de violência física dentro de casa na infância e aproximadamente 32,2%

testemunharam violência física entre os pais. Frente a isso, a prevalência de vitimização por violência conjugal foi três vezes maior entre aqueles que testemunharam a violência interparental (Madruga et al., 2017).

A funcionalidade da família de origem também foi avaliada em 92 sujeitos condenados por algum dos crimes de abuso sexual, violência conjugal ou homicídio. Ao avaliar coesão, flexibilidade e comunicação familiar, por meio da escala de funcionamento familiar (FACES IV), Lopes e Gouveia-Pereira (2017) não encontraram diferença significativa na forma como os participantes dos três grupos percebem a coesão e a flexibilidade familiar, contudo a qualidade da comunicação na família era inferior na percepção dos abusadores sexuais. Ainda, o grupo de homens condenados por violência doméstica foi o que apresentou melhor capacidade para lidar com as emoções. Concluiu-se no estudo que as dificuldades educativas dos pais, que perpassam por essas características, podem promover déficits no processo de socialização dos filhos, repercutindo nos seus relacionamentos futuros.

Diante do exposto, compreende-se que a comunidade científica, de diferentes partes do mundo, concorda que os relacionamentos vivenciados na infância podem prever a forma de relacionar-se na vida adulta, embora não assinalem quais experiências estão mais associadas à perpetração ou vitimização dos diferentes tipos de violência conjugal. Para além disso, o tema da violência precisa continuar sendo explorado, pois trata-se de uma questão subjetiva, multifacetada e com poder nocivo para a vida dos indivíduos expostos a ela, em qualquer contexto ou fase da vida. Por esses motivos, o objetivo deste estudo foi comparar as experiências na família de origem de casais heterossexuais que vivenciam violência uni ou bidirecional.

MÉTODO

PARTICIPANTES

Participaram 304 casais heterossexuais, cujos cônjuges tivessem idade superior a 18 anos, se encontrassem em um casamento oficial, união estável ou coabitando, por um período mínimo de seis meses. A amostra foi selecionada por conveniência a partir da indicação de conhecidos e dos próprios participantes, constituindo assim uma amostragem por “bola de neve” (Creswell, 2007).

Com relação à situação conjugal, 55% indicaram estar casados oficialmente e 45% morando juntos. O tempo de relacionamento variou de um ano a 56 anos ($M = 14,30$; $DP = 11,09$) e 66% referiram ter pelo menos um filho(a). A média de idade das mulheres foi de 37,72 ($DP = 12,55$), variando de 18 a 81 anos, já a média de idade dos homens foi de 40,01 ($DP = 12,75$), variando de 18 a 82 anos.

INSTRUMENTOS

a) *Questionário de dados sociodemográficos*: composto por 19 questões, sobre gênero, faixa etária, escolaridade, remuneração pessoal, religião, situação conjugal e tempo de união, se possuem filhos e quantos, se conviveram na infância com os pais biológicos, bem como a situação conjugal dos pais e se já realizaram algum tipo de psicoterapia.

b) *Revised conflict tactics scales (CTS2)*: Concebida por Straus et al. (1996) e adaptada ao português por Moraes et al. (2002), constitui-se numa ferramenta voltada à identificação de violência em relações conjugais. Constituída por 78 questões fechadas, avalia ações do(a) respondente (perpetração) e do seu companheiro(a) (vitimização), a partir de cinco subescalas: negociação, agressão psicológica, violência física, lesão corporal e coerção sexual.

Nas classificações do instrumento, as dimensões de violência consideram a intensidade dos atos violentos (menor e grave). Neste estudo, serão consideradas somente as medidas de violência de menor intensidade. Com relação à descrição das dimensões, os autores da escala consideram que há violência física quando ocorrem situações como empurrões, tapas, jogar algum objeto, torcer o braço e/ou puxões de cabelo. Já a agressão psicológica constitui-se em insultar, xingar, gritar, ameaçar jogar algo contra o outro ou virar as costas em meio a uma briga. A compreensão de coerção sexual refere-se à insistência em fazer sexo, sem utilização de força física e/ou obrigar a ter relações sem preservativo ou a fazer sexo oral ou anal com o companheiro. No caso da lesão corporal, ocorre quando há torção, contusão, mancha roxa, pequeno corte ou dores no corpo que durem até o dia seguinte em decorrência de uma briga.

O instrumento é apresentado em um modelo *checklist*, autoaplicável. Com relação à consistência interna, a escala apresenta um coeficiente alfa de Cronbach de 0,79 para perpetração e 0,80 para vitimização da violência (Straus et al., 1996). Em estudos nacionais, o alfa variou entre 0,79 e 0,95 (Bolze et al., 2013), que podem ser considerados valores muito bons (Sampieri et al., 2013). Neste estudo, o *alpha* da escala total para mulheres foi 0,884 e para homens foi 0,908.

c) *Family Background Questionnaire – FBQ* (Melchert, 1998): Trata-se de um instrumento autoaplicável, composto por 179 questões, com alternativas de respostas no formato *Likert*, de cinco pontos. Direcionado a adultos, é composto por 22 subescalas que envolvem aspectos relacionados às recordações do sujeito sobre as experiências vivenciadas na família de origem. Todas as pontuações se dão de um a cinco, sendo que, quanto mais próximo de cinco, melhor é o funcionamento familiar.

Para a presente pesquisa, foram utilizadas as subescalas correspondentes à: “*abuso físico*” (paterno/materno) refere-se aos comportamentos fisicamente violentos por parte dos pais em relação aos filhos; “*abuso sexual*” pode ser definido como qualquer “ato ou jogo sexual cujo agressor está numa fase de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a vítima” (Monteiro & Maia, 2010, p. 99), compreendendo desde atos sem contato físico, como nos casos de *voyeurismo* ou exibicionismo, até outras expressões abusivas que incluem penetração ou não, como nos casos de sexo vaginal, oral, anal, manipulação de genitália do agressor ou da vítima etc.; “*negligência física*” refere-se à dificuldade dos pais no provimento de cuidados físicos, a exemplo de alimentação, higiene, atenção médica e vestuário (Monteiro & Maia, 2010); “*abuso de substância*” (paterno/materno) refere-se ao uso excessivo de álcool ou drogas pelos pais, configurando fator de risco à saúde familiar (Melchert & Kalemeera, 2009; Kelley, 2002); “*desajustamento psicológico*” (paterno/materno) refere-se a problemas de saúde mental dos pais, contemplando psicopatologias como alterações de humor ou consumo de substâncias (Monteiro & Maia, 2010; Melchert & Kalemeera, 2009); “*aliança parental*” refere-se ao nível de concordância entre os pais em relação às regras e orientações aos filhos e/ou às práticas parentais, bem como a existência ou não de violência no relacionamento conjugal dos pais.

O referido instrumento apresentou um coeficiente alfa de Cronbach de 0,98 como coeficiente total da escala (Melchert & Kalemeera, 2009). Em estudo nacional, Falcke (2003) obteve índices de confiabilidade de 0,99 para a escala total e índices que variaram de 0,94 a 0,50 (abuso de substância e abuso sexual, respectivamente), sendo este último considerado médio. Estudos mais recente nacional apresentou um alfa de Cronbrach de 0,80 da escala geral (Silva & Souza, 2013). Neste estudo, o *alpha* da escala total para mulheres foi 0,789 e para os homens foi 0,773.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS, DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O projeto desta pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sob parecer número 09/117. Sua condução seguiu as recomendações éticas para a realização de estudos com seres humanos, de acordo com as orientações da resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada na residência dos casais ou em locais que eles indicavam como mais adequado. Os instrumentos foram aplicados no casal, concomitantemente, sem que cada um deles tivesse acesso às respostas do outro, evitando assim a contaminação das respostas e garantindo a independência dos dados. Com o auxílio do programa estatístico SPSS versão 22.0, foram realizadas análises descritivas por meio de frequências e percentuais. As comparações entre grupos relacionadas à direcionalidade de violência conjugal (CTS2) e às experiências na família de origem (FBQ) foram executadas por meio do teste de Kruskal-Wallis, considerando-se nível de significância de 5%.

RESULTADOS

Por meio das análises de frequência, verificou-se que 72,4% dos participantes responderam que a agressão psicológica ocorreu de forma bidirecional (cometida tanto pelo homem, quanto pela mulher), enquanto que 10,2% dizem que foi cometida pelas mulheres (unidirecional feminina), 7,2% cometida pelos homens (unidirecional masculina) e 10,2% dos casais referiram não cometer ou sofrer a referida violência (casal sem violência). No caso da violência física, 65,6% dos casais pertencem ao grupo dos que não cometeram ou sofreram violência, enquanto que 14,8% referiram que ocorre de modo bidirecional, 8,2% cometida pelas mulheres e 11,5% cometida pelos homens. Na variável coerção sexual, 66,4% encontram-se no grupo dos casais sem violência, 4,6% indicaram que ocorre de forma bidirecional, 23,4% da coerção sexual é cometida pelos homens e 5,6% é cometida pelas mulheres. Por fim, 88,8% dos casais não sinalizaram a ocorrência de lesão corporal, ao passo que 2,6% indicaram que ela ocorreu de modo bidirecional, sendo 4,3% para lesão cometida pelos homens e a mesma pontuação para mulheres.

Com relação à coerção sexual cometida por um dos parceiros, a Tabela 1 apresenta as experiências na família de origem que se diferenciaram na comparação entre os grupos, considerando a direcionalidade da violência: abuso sexual do esposo e da esposa foram as únicas experiências na família de origem que apresentaram diferenças estatisticamente significativas com relação à coerção sexual. É preciso considerar que maiores pontuações

no FBQ indicam melhores níveis de funcionamento familiar, sendo assim maiores médias indicam menor ocorrência de experiências abusivas.

Tabela 1

Comparação entre grupos com relação à direcionalidade na coerção sexual

FBQ	Direcionalidade da Coerção Sexual	Postos de Média	H ^a	p
Abuso sexual sofrido pelo esposo na família de origem	Casal sem violência	158,28	10,56	0,002
	Unidirecional feminina	136,32		
	Unidirecional masculina	144,27		
	Bidirecional	130,39		
Abuso sexual sofrido pela esposa na família de origem	Casal sem violência	157,73	14,67	0,014
	Unidirecional feminina	151,53		
	Unidirecional masculina	136,70		
	Bidirecional	158,39		

^aH de Kruskal-Wallis

Verifica-se que, na coerção sexual, houve diferença significativa na vivência de abuso sexual do esposo, sendo que o grupo com maior ocorrência de abuso sexual (aquele que apresenta menor média de pontuação na escala) foi o que vivencia a violência bidirecional, enquanto que o grupo que menos sofreu abuso sexual é o grupo que não vivencia violência. Considerando o abuso sexual da esposa, mais experiência de abuso (menor média) foi experienciada nos casais que vivenciam coerção sexual unidirecional masculina. As mulheres que foram vítimas na infância também se apresentam como vítimas em seus relacionamentos conjugais.

Na comparação entre os grupos de direcionalidade da violência física, muitas experiências da família de origem se diferenciaram significativamente, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2

Comparação entre grupos com relação a direcionalidade da violência física

FBQ	Direcionalidade da Violência Física	Postos de Média	H ^a	p
Abuso físico paterno do esposo	Casal sem violência	142,63	12,59	0,006
	Unidirecional feminina	140,52		
	Unidirecional masculina	170,37		
	Bidirecional	188,92		
Abuso físico materno do esposo	Casal sem violência	143,66	8,46	0,037
	Unidirecional feminina	148,74		
	Unidirecional masculina	184,17		
	Bidirecional	169,03		
Abuso sexual do esposo	Casal sem violência	156,69	9,99	0,019
	Unidirecional feminina	151,04		
	Unidirecional masculina	150,60		
	Bidirecional	136,24		
Abuso sexual da esposa	Casal sem violência	157,64	12,96	0,005
	Unidirecional feminina	125,44		
	Unidirecional masculina	156,27		
	Bidirecional	141,87		

FBQ	Direcionalidade da Violência Física	Postos de Média	H ^a	p
Negligência física do esposo	Casal sem violência	160,47	13,52	0,004
	Unidirecional feminina	180,42		
	Unidirecional masculina	113,74		
	Bidirecional	131,87		
Desajustamento psicológico paterno do esposo	Casal sem violência	150,49	9,71	0,021
	Unidirecional feminina	130,72		
	Unidirecional masculina	135,76		
	Bidirecional	186,49		
Desajustamento psicológico paterno da esposa	Casal sem violência	144,91	8,76	0,033
	Unidirecional feminina	182,32		
	Unidirecional masculina	141,54		
	Bidirecional	178,00		
Desajustamento psicológico materno da esposa	Casal sem violência	143,69	9,71	0,028
	Unidirecional feminina	179,00		
	Unidirecional masculina	147,43		
	Bidirecional	180,69		
Aliança parental da esposa	Casal sem violência	141,30	13,18	0,004
	Unidirecional feminina	156,72		
	Unidirecional masculina	161,11		
	Bidirecional	192,97		

^aH de Kruskal-Wallis

A experiência de abuso físico paterno do esposo, o desajustamento psicológico paterno do esposo e o abuso sexual da esposa foram significativamente mais frequentes no grupo de casais em que só a esposa comete violência física conjugal. A negligência física do esposo e o desajustamento psicológico paterno da esposa foram significativamente mais frequentes no grupo em que só o marido comete violência conjugal. O abuso sexual do marido foi significativamente mais frequente nos casais que exercem a violência bidirecional e, por fim, as experiências de abuso físico materno do esposo, desajustamento psicológico materno da esposa e aliança parental da esposa foram significativamente mais frequentes nos casais sem violência física.

No caso da direcionalidade da agressão psicológica, duas dimensões do FBQ da esposa e duas do esposo diferenciaram os grupos: o abuso físico materno da esposa e do esposo e o desajustamento psicológico materno também de ambos, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3

Comparação entre grupos com relação à direcionalidade da agressão psicológica

FBQ	Direcionalidade da Agressão Psicológica	Postos de Média	H ^a	p
Abuso físico materno da esposa	Casal sem violência	127,31	10,29	0,016
	Unidirecional feminina	133,48		
	Unidirecional masculina	118,43		
	Bidirecional	162,14		
Desajustamento psicológico materno da esposa	Casal sem violência	124,35	8,33	0,040
	Unidirecional feminina	133,56		
	Unidirecional masculina	130,20		
	Bidirecional	161,36		

FBQ	Direcionalidade da Agressão Psicológica	Postos de Média	H ^a	p
Abuso físico materno do esposo	Casal sem violência	110,37	9,78	0,020
	Unidirecional feminina	151,24		
	Unidirecional masculina	179,00		
	Bidirecional	155,96		
Desajustamento psicológico materno do esposo	Casal sem violência	110,77	12,46	0,006
	Unidirecional feminina	155,19		
	Unidirecional masculina	195,57		
	Bidirecional	153,69		

^aH de Kruskal-Wallis

O grupo que significativamente mais experienciou abuso físico materno da esposa foi o de casais que vivenciavam a violência unidirecional masculina, enquanto que o grupo que significativamente mais vivenciou abuso físico materno do esposo e desajustamento psicológico materno do esposo e da esposa foi o de casais sem violência.

No caso da lesão corporal, nenhuma experiência vivenciada na família de origem foi significativa. Acredita-se que isso deve-se ao fato de que quase 90% da amostra referiu não ter sofrido/cometido. De um modo geral, verifica-se que, na maioria dos casos, as experiências disfuncionais vivenciadas na família de origem pelas esposas não repercutiram em violência cometida pelos casais, tendo índices significativamente mais altos em casais sem violência, na comparação com os demais grupos. Já as experiências disfuncionais dos homens, quando expostos ao abuso físico ou desajustamento psicológico do pai, tiveram uma tendência a sofrer violência no relacionamento conjugal.

DISCUSSÃO

Foram consideradas três dimensões de violência conjugal, medidas por meio da CTS2, neste estudo: agressão psicológica, violência física e coerção sexual. De modo geral, a maioria dos estudos as considera e as evidencia como as formas de violência mais frequentes nos relacionamentos, na respectiva ordem (Colossi et al., 2015), e costumam estar associadas com as vivências ou modelos de relacionamentos transmitidos pela família de origem (Tondowski et al., 2014).

A experiência de abuso sexual na infância do esposo e da esposa, a partir da análise de comparação entre os grupos, foi significativamente maior entre casais que apresentaram coerção sexual no relacionamento conjugal. A vivência de abuso sexual na infância está ligada a potenciais consequências negativas que podem ter impacto na expressão da sexualidade na vida adulta, incluindo certa vulnerabilidade a comportamentos sexuais de risco (Krindges et al., 2016). Por outro lado, pesquisa australiana refere que poucos dos abusadores investigados tinham histórico de abuso sexual, na maioria dos casos, a polivitimização ou exposição a vários tipos de maus-tratos teve maior associação com a agressão sexual na adultez (Leach et al., 2016).

Na mesma perspectiva, verificou-se uma tendência à repetição do mesmo tipo de violência vivenciado na infância na vida adulta, como no caso da violência psicológica, que demonstrou maiores escores no grupo de homens e mulheres que relataram experiências do desajustamento psicológico materno. Sendo assim, compreende-se que os problemas mentais dos pais/cuidadores também podem desencadear problemas mentais nos filhos (Teixeira, 2015), expondo-os a situações de violência. Contudo, a

violência física cometida pelo pai ou pela mãe esteve presente como uma variável significativa para a agressão psicológica na conjugalidade, indicando que, tanto na esfera individual quanto conjugal, as pessoas podem ressignificar os modelos de relacionamentos aprendidos no decorrer da vida (Rodrigues & Chalhub, 2014), melhorando-os na medida do possível. Uma hipótese é que os participantes atenuaram o modelo violento de se relacionar, pensando na perspectiva da escalada à violência, e não nas suas consequências.

A dimensão violência física da CTS2 obteve maior número de variáveis significativas que diferiu os grupos, considerando as experiências na família de origem. As experiências disfuncionais promovidas pela figura paterna do esposo posicionaram-no em um relacionamento cuja violência física ocorreu de maneira unidirecional feminina, enquanto que, na pesquisa de Madalena et al. (2018), a violência física no casamento apresentou-se de modo que os homens assumiram o papel de agressores (unidirecional masculina). Considerando que os homens que foram negligenciados na infância tiveram maiores chances de cometer violência física, corrobora-se que experiências precoces podem desencadear um sentimento de desvalia ou padrões distorcidos de sociabilização (De Antoni & Batista, 2014), o que poderia resultar, também, em uma postura disfuncional de resolução de conflitos.

Nas três formas de violência avaliadas (sexual, psicológica e física), o papel materno destaca-se, pois, na maioria dos casos, esteve presente como uma experiência familiar significativa para a compreensão dos modelos de relacionamentos conjugais dos filhos. Frente a isso, reforça-se a importância da figura materna na educação dos filhos, inclusive como uma das explicações para o fato de as agressões cometidas por elas serem as potenciais preditoras de violência na vida adulta (Hou et al., 2016). Contudo, existem contradições científicas, já que os resultados encontrados por Padovani e Williams (2011) indicaram o pai como o principal agressor dos homens que cometeram alguma forma de violência na conjugalidade.

Muitas das experiências vivenciadas na infância tiveram uma diferença significativa entre os grupos e predominaram nos casais sem violência, podendo parecer contraditório pelo viés da discussão levantada até aqui. Contudo, permite sugerir algumas hipóteses, como a possibilidade desses casais terem ressignificado a forma de resolução dos seus conflitos, já que para algumas pessoas o comportamento dos pais torna-se uma referência a não ser seguida pelos filhos (Coutinho & Menandro, 2010), ou, pela naturalização da violência (Razera & Falcke, 2017), os cônjuges se habituariam a esse modelo de relacionamento e já não o reconhecem como disfuncional.

Por fim, também se acredita na possibilidade de que essas experiências disfuncionais poderão impactar nas práticas educativas parentais dos participantes, na coparentalidade e em possíveis sintomas nos filhos (De Antoni & Batista, 2014; Rodrigues & Chalhub, 2014). Esses dados corroboram a perspectiva da complexidade do fenômeno estudado, constatando que a violência pode assumir diferentes perspectivas conforme o conflito se estabelece na relação, somadas às particularidades de cada um dos cônjuges, as características sociodemográficas, bem como os papéis de gênero que ainda ocupam um lugar significativo nas relações sociais e conjugais (Razera et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências precoces vivenciadas na infância podem repercutir na vida dos adultos e de seus cônjuges. Alguns modelos de resolução de conflitos disfuncionais aprendidos no início da vida e, especialmente, no âmbito familiar podem ser reproduzidos na vida adulta, visto que na maioria das vezes os indivíduos não conseguem associá-los a eventuais problemas de saúde que poderão desencadear, tampouco reconhecer que existem formas de resolução de conflitos mais funcionais.

A violência psicológica foi a que se apresentou de maneira mais frequente nos casais, no que tange a direcionalidade, em 72,4% dos casais a violência psicológica se expressou de forma bidirecional, já a violência física e a coerção sexual, quando unidirecionais, foram mais cometidas pelos homens. A dimensão de violência física foi a que teve mais experiências da família de origem que se diferenciaram entre os grupos. Além disso, a mãe exerceu um papel importante para a violência cometida/sofrida pelos adultos em seus relacionamentos, corroborando pesquisas de levantamento nacionais, como as realizadas pelo IPEA (2017), as quais indicam que as mulheres são as principais agressoras de crianças no âmbito doméstico. A figura materna, em muitos casos, ainda é a que está mais próxima da educação e do desenvolvimento dos(as) filhos(as), talvez por passar mais tempo com as crianças acabam tendo maior impacto em seu desenvolvimento emocional.

Os relacionamentos aqui investigados demonstraram suas particularidades e reiteraram a complexidade na compreensão do fenômeno da violência. Os dados encontrados apontam para a necessidade de intervenções precoces no âmbito familiar por ser considerado o primeiro sistema de socialização do indivíduo e reprodutor de comportamentos que podem se perpetuar por diversas gerações. A possibilidade de pesquisas com delineamentos voltados à intervenção deve ser considerada, bem como estudos longitudinais que permitam avaliar não apenas o relacionamento conjugal dos participantes, mas também a esfera parental dos mesmos.

A violência conjugal é um fenômeno complexo e sua compreensão perpassa diversos fatores, devem ser considerados os aspectos individuais dos cônjuges e de suas famílias de origem, características sociodemográficas e de gênero. Ademais, possíveis limitações desta pesquisa consistem no fato de ser uma amostra com um perfil específico coletado por conveniência, o que restringe a generalização dos achados.

REFERÊNCIAS

- Avanci, J. Q., Pinto, L. W., & Assis, S. G. D. (2017). Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 2825-2840. Doi:10.1590/1413-81232017229.13352017
- Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A., Schmidt, B., & Vieira, M. L. (2013). Relacionamento conjugal e táticas de resolução de conflito entre casais. *Actualidades em Psicologia*, 27(114), 71-85. Doi:10.15517/ap.v27i114.4828
- Cerqueira, D., Bueno, S., Alves, P. P., Lima, R. S., Silva, E. E. A., Ferreira, H., ... Figueiredo, T. S. (2020). *Atlas da violência 2020*. Rio de Janeiro: IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Doi:10.38116/riatlasdaviolencia2020

- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. D. S. (2017). *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: IPEA–Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.
- Colossi, P. M., Razera, J., Haack, K. R., & Falcke, D. (2015). Violência conjugal: Prevalência e fatores associados. *Contextos Clínicos*, 8(1), 55-66. Doi:10.4013/ctc.2015.81.06
- Coutinho, S. M. D. S., & Menandro, P. R. M. (2010). Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: “Que seja terno enquanto dure”. *Psicologia Clínica*, 22(2), 83-106. Doi:10.1590/S0103-56652010000200007
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto*. 2ª ed. Artmed e Bookman.
- De Antoni, C., & Batista, F. A. (2014). Violência familiar: Análise de fatores de risco e proteção. *Diaphora*, 14(2), 26-35. Disponível em: <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/62>
- Falcke, D. (2003). *Águas passadas não movem moinhos? As experiências da família de origem como predictoras da qualidade do relacionamento conjugal*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Fincham, F. D., Cui, M., Gordon, M., & Ueno, K. (2013). What comes before why: Specifying the phenomenon of intimate partner violence. *Journal of Marriage and Family*, 75(2), 319-324. Doi:10.1111/jomf.12000
- Gerstenberger, C. B. & Williams, K. R. (2013). Gender and intimate partner violence: Does dual arrest reveal gender symmetry or asymmetry? *Journal of Interpersonal Violence*, 28(8), 1561-1578. Doi:10.1177/0886260512468325
- Gómez, J. L. G., & Montesino, M. L. C. (2014). Prevalence of psychological and physical intimate partner aggression in Madrid (Spain): A dyadic analysis. *Psicothema*, 26(3), 343-348. Doi:10.7334/psioothema2013.262
- Hou, J., Yu, L., Fang, X., & Epstein, N. B. (2016). The intergenerational transmission of domestic violence: The role that gender plays in attribution and consequent intimate partner violence. *Journal of Family Studies*, 22(2), 121-139. Doi:10.1080/13229400.2015.1045923
- Kelley, S. I. (2002). Child maltreatment in the context of substance abuse. In E. B. Myers, L. Berliner, Briere, C. T. Hendrix, C. Jenny, & T. A. Reid (Eds.), *The APSAC handbook on child maltreatment* (2nd ed., pp. 105-117). Sage.
- Krindges, C. A., Macedo, D. M., & Habigzang, L. F., (2016). Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. *Contextos Clínicos*, 9(1). Doi:10.4013/ctc.2016.91.05
- Leach, C., Stewart, A., & Smallbone, S. (2016). Testing the sexually abused-sexual abuser hypothesis: A prospective longitudinal birth cohort study. *Child Abuse & Neglect*, 51, 144-153. Doi:10.1016/j.chiabu.2015.10.024
- Lopes, R. F., & Gouveia-Pereira, M. (2017). Efeitos individuais e familiares em crimes: Abuso sexual, violência conjugal e homicídio. *Análise Psicológica*, 35(3), 323-338. Doi:10.14417/ap.1181
- Madalena, M., Carvalho, L. D. F., & Falcke, D. (2018). Violência conjugal: O poder preditivo das experiências na família de origem e das características patológicas da personalidade. *Temas em Psicologia*, 26(1), 75-91. Doi:10.9788/TP2018.1-04Pt.
- Madruga, C. S., Viana, M. C., Abdalla, R. R., Caetano, R., & Laranjeira, R. (2017). Pathways from witnessing parental violence during childhood to involvement in

- intimate partner violence in adult life: The roles of depression and substance use. *Drug and Alcohol Review*, 36(1), 107-114. Doi:10.1111/dar.12514
- Marasca, A. R., Colossi, P. M., & Falcke, D. (2013). Violência conjugal e família de origem: Uma revisão sistemática da literatura de 2006 a 2011. *Temas em Psicologia*, 21(1), 221-243. Doi:10.9788/TP2013.1-16
- Marasca, A. R., Razera, J., Pereira, H. J. R., & Falcke, D. (2017). Marital physical violence suffered and committed by men: Repeating family patterns? *Psico-USF*, 22(1), 99-108. Doi:10.1590/1413-82712017220109
- Melchert, T. & Kalemeeera, A. (2009). A Brief Version of the Family Background Questionnaire. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 41(4), 210-222. Doi:10.1080/07481756.2009.11909830
- Melchert, T. P. (1998). A review of instruments for assessing family history. *Clinical Psychology Review*, 18, 163-187. Doi:10.1016/S0272-7358(97)00058-5
- Monteiro, I. S. & Maia, A. C. (2010). Avaliação psicométrica de três questionários sobre o historial familiar. *Revista Psiquiatria Clínica*, 37(3), 97-104. Doi:10.1590/S0101-60832010000300001
- Moraes, C., Hasselmann, M., & Reichenheim, M. (2002). Adaptação transcultural para o português do instrumento “Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)” utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1), 163-176. Doi:10.1590/S0102-311X2002000100017
- Padovani, R. D. C. & Williams, L. C. D. A. (2011). Estilo parental de origem e ansiedade em homens com histórico de agressão à parceira. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16(3), 263-269. Doi:10.1590/S1413-294X2011000300008
- Razera, J., & Falcke, D. (2017). Por que eles permanecem juntos? Contribuições para a permanência em relacionamentos íntimos com violência. *Psicologia Clínica*, 29(3), 543-562. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652017000300010
- Razera, J., Cenci, C. M. B., & Falcke, D. (2014). Violência doméstica e transgeracionalidade: Um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51. Doi:10.18256 / 2175-5027 / psico-imed.v6n1p47-51
- Razera, J., Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2017). Intimate partner violence and gender a/symmetry: An integrative literature review. *Psico-USF*, 22(3), 401-412. Doi:10.1590/1413-82712017220302
- Richardson, E. W., Simons, L. G., & Futris, T. G. (2017). Linking family-of-origin experiences and perpetration of sexual coercion: College males’ sense of entitlement. *Journal of Child and Family Studies*, 26(3), 781-791. Doi:10.1007/s10826-016-0592-5
- Rodrigues, L. S., & Chalhub, A. A. (2014). Contextos familiares violentos: Da vivência de filho à experiência de pai. *Pensando Famílias*, 18(2), 77-92. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2014000200007&script=sci_abstract&tlng=pt
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., Lucio, M. D. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (D. V. Moraes, Trad.). Penso (Original publicado em 1998)
- Silva, K. M. M., & Souza, D. P. O. (2013). Tabagismo: Abuso físico parental e fatores associados entre pacientes dos ambulatórios do Hospital Universitário Júlio Muller, Cuiabá (MT). *Cadernos de Saúde Coletiva*, 21(4), 370-376. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/hxfshZVtkLPQwFnZNptSXkH/?lang=pt#>

- Sillito, C. (2012). Gendered physical & emotional health consequences of situational couple violence for heterosexual married & cohabiting couples. *Feminist Criminology*, 7(4) 255-281. Doi:10.1177/1557085111431695
- Spencer, C., Cafferky, B., & Stith, S. M. (2016). Gender differences in risk markers for perpetration of physical partner violence: Results from a meta-analytic review. *Journal of Family Violence*, 31(8), 981-984. Doi:10.1007/s10896-016-9860-9.
- Straus, M., Hamby, S., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17, 283-316. Doi:10.1177/019251396017003001
- Straus, M. A. (2012). Blaming the messenger for the bad news about partner violence by women: The methodological, theoretical, and value basis of the purported invalidity of the Conflict Tactics Scales. *Behavioral Sciences & the Law*, 30(5), 538-556. Doi:10.1002/bsl.2023
- Teixeira, S. (2015). A vivência da criança face à doença mental de um dos pais: Intervenção em terapia familiar. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 73-82. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/3542>
- Tondowski, C., S., Feijó, M., R., Silva, E., A., Gebara, C., F., P., G., Sanchez, Z. M., & Noto, A. R. (2014). Padrões intergeracionais de violência familiar associada ao abuso de bebidas alcoólicas: Um estudo baseado em genogramas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(4), 806-814. Doi:10.1590/1678-7153.201427421
- Vieira, E. M., Perdoná, G. S. C., & Santos, M. A. (2011). Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 45(4), 730-737. Doi:10.1590/S0034-89102011005000034
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Flasco.

Submetido: 21/01/2019
Reformulado: 28/04/2021
Aceito: 03/05/2021

Sobre as autoras:

Josiane Razera é Doutora em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Docente da Faculdade Meridional - IMED.

Lívia Maria Tomasi Bedin é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e docente do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade da mesma instituição.

Clarisse Pereira Mosmann é Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Denise Falcke é Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

E-mail de correspondência: razera.josiane@gmail.com